



Câmara Municipal de Pinto Bandeira

Plenário Nelson Provensi

PROJETO DE LEI DE ORIGEM LEGISLATIVA Nº 002, DE 23 DE JANEIRO DE 2026.

ALTERA ARTIGO 158 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINTO BANDEIRA

Os Vereadores abaixo subscrevestes encaminham para a **Câmara Municipal de Pinto Bandeira** para sua apreciação e deliberação do Plenário, o presente Projeto de Lei com origem legislativa, que dispõe sobre a alteração do REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINTO BANDEIRA quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze.

Em anexo, segue o presente Projeto de Lei, parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Câmara Municipal de Vereadores de Pinto Bandeira, aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis.

CESAR AUGUSTO TUMELERO
PRESIDENTE

DEONILDO JOÃO FOLADOR ANGHEBEN
VICE-PRESIDENTE

VILMAR MORONI
1ª Secretária

LUCIANE PICHLER ARCARI
2ª Secretário



Câmara Municipal de Pinto Bandeira

Plenário Nelson Provensi

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei de origem legislativa tem por finalidade alterar o caput do art. 158 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Pinto Bandeira, a fim de adequar o prazo para julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo Municipal, à luz dos princípios constitucionais e da legislação vigente.

A Constituição Federal, em seu art. 31, § 3º, estabelece que as contas do Município devem permanecer à disposição de qualquer contribuinte, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para exame e apreciação, garantindo-se, assim, a transparência, o controle social e a ampla fiscalização dos atos da administração pública.

Nesse sentido, a fixação do prazo máximo de até 90 (noventa) dias para o julgamento das contas pela Câmara Municipal revela-se medida necessária e adequada, pois permite conciliar o prazo constitucional de disponibilização das contas aos contribuintes com a tramitação regular do processo legislativo interno, assegurando tempo hábil para análise técnica, manifestação das comissões competentes e deliberação do Plenário.

Ressalte-se, ainda, que a suspensão da contagem do prazo durante o período de recesso parlamentar preserva a razoabilidade do procedimento, evitando prejuízo à atividade fiscalizatória do Poder Legislativo e garantindo a observância dos princípios da legalidade, da eficiência e da segurança jurídica.

Dessa forma, a alteração proposta fortalece o controle externo exercido pela Câmara Municipal, harmoniza o Regimento Interno com o comando constitucional e contribui para a transparência e a responsabilidade na gestão pública, razão pela qual se justifica plenamente a aprovação do presente Projeto de Lei.

Câmara Municipal de Vereadores de Pinto Bandeira, vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

CESAR AUGUSTO TUMELERO

PRESIDENTE

DEONILDO JOÃO FOLADOR ANGHEBEN

VICE-PRESIDENTE

VILMAR MORONI

1ª Secretária

LUCIANE PICHLER ARCARI

2ª Secretário



Câmara Municipal de Pinto Bandeira

Plenário Nelson Provensi

PROJETO DE LEI DE ORIGEM LEGISLATIVA Nº 002, DE 23 DE JANEIRO DE 2026.

ALTERA ARTIGO 158 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINTO BANDEIRA

Art. 1º O caput do Art. 158 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Pinto Bandeira, passa a constar com a seguinte redação:

"Art. 158 O julgamento das contas pela Câmara Municipal será realizado no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, a contar do recebimento do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, não correndo este prazo durante o recesso da Câmara."

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Pinto Bandeira, vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

CESAR AUGUSTO TUMELERO
PRESIDENTE

DEONILDO JOÃO FOLADOR ANGHEBEN
VICE-PRESIDENTE

VILMAR MORONI
1ª Secretária

LUCIANE PICHLER ARCARI
2ª Secretário